



Número: **0800116-56.2020.8.18.0143**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Piracuruca Sede**

Última distribuição : **09/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDILSON DE CERQUEIRA SILVA (AUTOR)		RAYLSON BRENO DOS SANTOS RIBEIRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17258889	10/06/2021 21:58	Sentença	Sentença

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
JECC Piracuruca Sede DA COMARCA DE PIRACURUCA
Av. Aurélio Brito, 427, Centro, PIRACURUCA - PI - CEP: 64240-000

PROCESSO Nº: 0800116-56.2020.8.18.0143

CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: EDILSON DE CERQUEIRA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos, etc.

Dispensado o relatório, por força da faculdade inserta na LJE, art. 38.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Contestando, a ré suscitou que é inadmissível o procedimento em sede de juizado especial em virtude da necessidade da realização de perícia técnica para que seja apurada a quantificação da invalidez permanente do autor conforme entendimento da Sumula de nº: 474 do STJ.

Este Juízo seguindo orientação da Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Piauí, que determina em seu precedente de números 7 o seguinte:

PRECENTE Nº 07 - Nos processos em que se discute a indenização do seguro DPVAT, necessário se faz que o laudo médico juntado aos autos do processo informe o percentual da invalidez, sob pena de necessidade de perícia técnica para apurar o referido grau, excluindo, desta forma, a competência dos Juizados Especiais Cíveis para a análise dos presentes casos. (Aprovado à unanimidade).

Com o devido cuidado, o caso concreto guarda relação com a tese mencionada. Tendo em vista o(a) autor(a) foi vítima de acidente de trânsito, que, em tese, lhe acarretou uma lesão permanente, o laudo juntado, além de ter sido expedido sem informações de data ou local, quantificou, mas não especificou a invalidez causada pelo dano ao nariz do autor nos moldes do previsto pela legislação. Desse modo, seria necessária perícia para determinar se houve repercussão a se amoldar aos casos previstos pela lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974 e em qual caso de dano pessoal se enquadra a lesão do autor.

Sob o rito dos Juizados Especiais, toda a prova deveria ser produzida em Audiência de Instrução, ocorre, porém, que muitos questionamentos nela se apresentaram, fazendo-se necessária mais ampla investigação probatória, inclusive, com a feitura de perícia técnica.



Dessa forma, entendo que os fatos são complexos e devem ser alvo de dilação probatória exauriente, impossível sob a luz da Lei nº 9.099/95, pois, caso se efetivasse o julgamento com base nas provas dos autos, não se atingiria o escopo maior do direito, que é a obtenção da paz social com justiça.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fulcro nos arts. 3º, caput e 51, II, da Lei nº 9.099/95, julgo **EXTINTO O FEITO SEM APRECIÇÃO DE MÉRITO.**

Sem custas.

Cumpra-se.

PIRACURUCA-PI, data do sistema.

Rogério de Oliveira Nunes
Juiz(a) de Direito da JECC Piracuruca Sede

